

**IX CONCURSO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO,
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

PROVA ÚNICA – CADERNO DE QUESTÕES

NOME:

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 9 (nove) páginas com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 2,0 (dois) pontos, totalizando valor máximo de 100 (cem) pontos.
2. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
3. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
4. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a **FOLHA DE RESPOSTAS** (gabarito). Verifique se os dados impressos na **FOLHA DE RESPOSTAS** estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Após o recebimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta.
6. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a **FOLHA DE RESPOSTAS**, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 3 (três) horas para responder às questões e preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a **FOLHA DE RESPOSTAS** na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, após decorridas 02 horas do seu início.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

DIREITO CONSTITUCIONAL**01 – Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:**

- a) A República Federativa do Brasil, formada pela união dissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- c) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- d) Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Com base no artigo 5º da Carta Magna de 1988, responda as questões de nºs 02 a 07.

02 – O art. 5º caput, nos diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Sendo assim, podemos afirmar que:

- a) Somente é garantido aos brasileiros natos a inviolabilidade do direito à vida.
- b) O direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade são garantidos aos estrangeiros residentes no país e não aos brasileiros naturalizados.
- c) São garantidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
- d) A inviolabilidade do direito à vida, à liberdade e à igualdade não se estende aos estrangeiros residentes no país.

03 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.
- b) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) Ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- d) É vedada a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

04 – A prática do racismo constitui:

- a) Crime afiançável e prescritível.
- b) Crime inafiançável e prescritível.
- c) Crime inafiançável e imprescritível.
- d) Crime inafiançável e prescritível, mas não sujeito à pena de reclusão.

05 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- b) Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- c) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.
- d) São admissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

06 – Qual o remédio constitucional a ser utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público:

- a) Habeas –Corpus
- b) Habeas-Data
- c) Mandado de Segurança
- d) Mandado de Injunção

07 – No caso de retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, qual o remédio constitucional a ser utilizado:

- a) Habeas –Corpus
- b) Habeas-Data
- c) Mandado de Segurança
- d) Mandado de Injunção

08 – Não é membro nato do Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do Presidente da República:

- a) Advogado-Geral da União
- b) O Presidente da Câmara dos Deputados
- c) O Presidente do Senado Federal
- d) O Ministro da Justiça

09 – De iniciativa, do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura:

- a) Lei Complementar
- b) Medida Provisória
- c) Lei Ordinária
- d) Decreto Legislativo

10 – Deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal:

- a) O Presidente da República
- b) O Presidente da Câmara dos Deputados
- c) O Procurador-Geral da República
- d) O Presidente do Senado Federal

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 – Com base na Lei 8.429/92, assinale a alternativa incorreta:

- a) Estão sujeitos às penalidades desta lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de órgão público bem como daquelas para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, limitando-se, nestes casos, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- b) Reputa-se agente público, para os efeitos desta lei, somente aquele que exerce cargo por eleição nas entidades da administração direta.
- c) As disposições desta lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- d) Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.

12 – Segundo o que preceitua a Lei 8.429/92, o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente:

- a) Está sujeito às cominações desta lei até o limite do valor da herança.
- b) Não está sujeito às cominações desta lei.
- c) Está sujeito às cominações desta lei, mas não atinge a sua herança.
- d) Está sujeito às cominações deste lei, mas atinge somente 50% do valor da sua herança.

13 – São Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário, conforme a Lei 8.429/92, exceto:

- a) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- b) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.
- c) Frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente.
- d) Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.

14 – Segundo o que dispõe a Lei 8.429/92, assinale a assertiva incorreta:

- a) Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- b) Além da sanção penal, o denunciante está sujeito a indenizar o denunciado pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- c) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) Para apurar qualquer ilícito previsto nesta lei, o Ministério Público não poderá requisitar a instauração de inquérito policial ou procedimento administrativo.

15 – Com base na Lei Complementar 101/2000, no que se refere à receita pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- b) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.
- c) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- d) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita não deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.

16 – Subordinam-se ao regime da Lei 8.666/93:

- a) Somente os órgãos da administração direta, os fundos especiais e as autarquias.
- b) As autarquias e as fundações públicas não estão sujeitas a esta lei.
- c) Além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) As sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios não estão subordinadas ao regime desta lei.

17 – Para os efeitos da Lei 8.666/93, assinale a alternativa incorreta:

- a) Obra – toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.
- b) Compra – toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.
- c) Alienação – toda transferência de domínio de bens a terceiros.
- d) Execução indireta – a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.

18 – De acordo com o que preceitua a Lei 8.666/93, concurso é:

- a) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.
- b) É a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- c) É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) É a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até 45 (quarenta e cinco) dias anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

DIREITO CIVIL**19 – A lei 10.406/02, afirma que:**

- a) Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; entretanto a lei deixa claro que não garante os direitos do nascituro.
- c) A menoridade cessa aos dezesseis anos incompletos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- d) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, para efeitos desta lei o mais velho terá morrido primeiro.

20 – No que tange aos direitos da personalidade, com base na lei 10.406/02, podemos afirmar que:

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- b) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição remunerada do próprio corpo, no todo ou em parte, antes da morte.
- c) Qualquer pessoa pode ser constrangida a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- d) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

21 – Quanto a curadoria dos bens do ausente, com base na lei 10.406/02, não podemos assegurar que:

- a) Desaparecendo uma pessoa do seu domicílio sem dela haver notícia, se não houver deixado representante ou procurador a quem caiba administrar-lhe os bens, o juiz, a requerimento de qualquer interessado ou do Ministério Público, declarará a ausência, e nomear-lhe-á curador.
- b) O juiz, que nomear o curador, fixar-lhe-á os poderes e obrigações, conforme as circunstâncias, observando, no que for aplicável, o disposto a respeito dos tutores e curadores.
- c) O cônjuge do ausente, sempre que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois meses antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.
- d) Entre os descendentes, os mais próximos precedem os mais remotos.

22 – No que tange as pessoas jurídicas, conforme a lei 10.406/02, não é correto afirmar que:

- a) Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao seu funcionamento, pelas normas deste Código.
- b) São pessoas jurídicas de direito público externo os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- c) As pessoas jurídicas de direito público interno não são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros.
- d) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

23 – Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. Segundo o que disciplina a lei 10.406/02, o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro:

- a) Decai em 1 (um) ano.
- b) Decai em 2 (dois) anos.
- c) Decai em 3 (três) anos.
- d) Decai em 5 (cinco) anos.

24 – A lei 10.406/02 nos diz que tem domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso. Sendo assim, assinale a alternativa correta:

- a) O domicílio do incapaz é o lugar em que exerce permanentemente suas funções.
- b) O domicílio do servidor público é o lugar onde reside com sua família.
- c) O domicílio do militar é lugar onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; e o do marítimo, onde o navio estiver matriculado.
- d) O domicílio do preso é o lugar onde for encontrado.

25 – Consideram-se imóveis para os efeitos legais, segundo a lei 10.406/02:

- a) As energias que tenham valor econômico.
- b) O direito à sucessão aberta.
- c) Os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) Os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.

26 – No caso de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo ou lesão, o prazo decadencial para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado do dia em que se realizou o negócio jurídico, é de:

- a) 5 (cinco) anos.
- b) 4 (quatro) anos.
- c) 3 (três) anos.
- d) 2 (dois) anos.

DIREITO PENAL

27 – Quanto à aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.
- b) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, não se aplica aos fatos anteriores, pois foram decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.

28 – Lei posterior que passa a cominar ao crime uma pena menor:

- a) Não tem aplicação aos fatos anteriores.
- b) Tem aplicação aos fatos anteriores.
- c) Tem aplicação aos fatos anteriores, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- d) Tem aplicação aos fatos anteriores, mas até o limite de 6 (seis) meses da pena.

29 – Quanto ao tempo do crime, podemos afirmar que considera-se praticado o crime:

- a) No local da consumação do crime.
- b) No local do resultado do crime.
- c) No local onde se desenvolveu os planos para o crime.
- d) No momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

30 – Quanto ao crime não podemos afirmar:

- a) O resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- b) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena não será reduzida.

31 – Quanto à imputabilidade penal não podemos afirmar:

- a) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- c) Os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- d) É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

32 – Quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se, trata-se de:

- a) Legítima defesa
- b) Estado de necessidade
- c) Estricto cumprimento de dever legal
- d) Exercício regular de direito

33 – Quanto ao concurso de pessoas, podemos afirmar:

- a) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime não incide nas penas a este cominadas.
- b) Se a participação for de menor importância, a pena não pode ser diminuída.
- c) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
- d) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, mesmo sendo elementares do crime.

34 – Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após, trata-se de:

- a) Aborto necessário
- b) Parricídio
- c) Infanticídio
- d) Constrangimento ilegal

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35 – Quanto à jurisdição e da ação do processo de conhecimento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.
- b) Para propor ou contestar ação não é necessário ter interesse e legitimidade.
- c) Se, no curso do processo, se tornar litigiosa relação jurídica de cuja existência ou inexistência depender o julgamento da lide, qualquer das partes poderá requerer que o juiz a declare por sentença.
- d) Ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.

36 – O Ministério Público exercerá o direito de ação nos casos previstos em lei, cabendo-lhe, no processo, os mesmos poderes e ônus que às partes. Sendo assim, não compete ao Ministério Público intervir:

- a) Nas causas em que há interesses de incapazes.
- b) Nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- c) Nas ações que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural e nas demais causas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte.
- d) Nas causas que envolvam o interesse de particulares e interesse privado.

37 – Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público:

- a) Não terá vista dos autos depois das partes e não será intimado de todos os atos do processo.
- b) Não poderá juntar documentos e certidões.
- c) Poderá produzir prova em audiência.
- d) Não poderá requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

38 – Quanto à formação do processo, assinale a alternativa incorreta:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte, mas se desenvolve por impulso oficial.
- b) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
- c) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.
- d) A alteração do pedido ou da causa de pedir é permitida após o saneamento do processo.

39 – Extingue-se o processo, sem resolução de mérito:

- a) Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor
- b) Quando ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes.
- c) Quando o réu reconhecer a procedência do pedido.
- d) Quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

40 – Extingue-se o processo com resolução de mérito:

- a) Quando o autor renunciar ao direito sobre que se funda a ação.
- b) Quando o juiz indeferir a petição inicial.
- c) Quando se verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
- d) Quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada.

41 – Com base no que preceitua o Código de Processo Civil, quanto ao processo cautelar, assinale a alternativa incorreta:

- a) O procedimento cautelar somente pode ser instaurado no curso do processo principal e deste é sempre dependente.
- b) Só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes.
- c) Poderá o juiz, para evitar o dano, autorizar ou vedar a prática de determinados atos, ordenar a guarda judicial de pessoas e depósito de bens e impor a prestação de caução.
- d) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa; e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.

42 – Quanto ao processo cautelar, qual o prazo que tem a parte para propor a ação, contados da data da efetivação, quando esta for concedida em procedimento preparatório:

- a) 5 dias
- b) 15 dias
- c) 30 dias
- d) 60 dias

DIREITO PROCESSUAL PENAL**43 – Quanto ao inquérito policial não podemos afirmar:**

- a) Nos crimes de ação pública o inquérito policial poderá ser iniciado de ofício.
- b) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, somente por escrito, comunicá-la à autoridade policial.
- c) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- d) Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

44 – Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, dentre outras hipóteses, a autoridade policial não deverá:

- a) Dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- b) Dispensar os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.
- c) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- d) Ouvir o ofendido.

45 – A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não poderão acompanhar os autos do inquérito.
- b) O inquérito policial acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.
- c) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- d) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

46 – A respeito do inquérito policial, assinale a alternativa incorreta:

- a) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- b) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- c) Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- d) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.

47 – Quanto à ação penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- b) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- c) A representação será retratável, depois de oferecida a denúncia.
- d) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária ou policial.

48 – Quanto à ação penal, assinale a alternativa incorreta:

- a) Ao ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo caberá intentar a ação privada.
- b) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- c) Nos crimes de ação privada, o juiz, a requerimento da parte que comprovar a sua pobreza, não poderá nomear advogado para promover a ação penal.
- d) Considerar-se-á pobre a pessoa que não puder prover às despesas do processo, sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento ou da família.

49 – Se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, o inquérito deverá terminar no prazo de:

- a) 5 dias
- b) 10 dias
- c) 15 dias
- d) 20 dias

50 – Quanto à ação penal, em relação ao Ministério Público, assinale a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- b) A queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público, a quem caberá intervir em todos os termos subseqüentes do processo.
- c) Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação
- d) Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, deverá requisitá-los, diretamente, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los.